

Ulysses acerta fórmula para apressar votação

Almoço com Afonso Arinos e Bernardo Cabral encaminha discussão do roteiro com líderes

Freire prevê Constituição com avanços

Recife — O líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Assembleia Nacional Constituinte, deputado Roberto Freire, disse ontem nesta capital que, ao final dos trabalhos da Constituinte, "o Brasil terá uma Constituição democrática, não tão avançada quanto o projeto elaborado pela Comissão de Sistematização, mas ainda assim avançada".

Roberto Freire acredita que isso acontecerá independentemente dos retrocessos regimentais impostos pelo Centrão porque, segundo ele, em todos os dispositivos constitucionais, há possibilidades de disputar pelo voto, em plenário. Ele acrescentou que a unidade do Centrão é frágil e que essa fragilidade ficará demonstrada com a continuidade dos trabalhos.

— Vamos poder fazer votação em destaque para cada artigo do projeto da Comissão de Sistematização ou do substitutivo do Centrão, o que evita o rolo compressor e possibilita, caso a caso, maioria distinta, ou seja, estoura a propalada unidade do Centrão — afirmou o deputado.

Dias não vai à reunião de governadores

Curitiba — O governador do Paraná, Alvaro Dias, não vai à reunião dos governadores peemedebistas no próximo dia 28 em Minas para discutir o mandato do presidente Sarney, "essas reuniões não acrescentam nada, não produzem nada, e geram falsas expectativas", afirmou Dias, ao comentar ontem o encontro dos governadores de Minas, Rio e São Paulo no último sábado.

Disse o governador que ainda não foi convidado para o encontro dos governadores dia 28, mas avisa que se for para discutir mandato que ele não vai. "Depende das razões da reunião", afirmou, acrescentando que "objetividade é um produto que está em falta nas praças da política" e que principalmente no Executivo é preciso se ter muita objetividade.

Para o governador Dias, "nem Maquiavel, nem Gólgoty, teriam estratégias mágicas para acrescentar dados novos à discussão do mandato". Ele afirma que todos conhecem sua posição pelos cinco anos e não acredita em influência na decisão dos constituintes. "Os Constituintes não devem ser subestimados, não podem ser objeto de manobras permanentes e precisam ser respeitados", afirma.

Reuniões, segundo o governador, só serão necessárias depois que a Assembleia Constituinte encerrar seus trabalhos, quando os partidos deverão discutir novas estratégias e encontrar fórmulas para a escolha de seus candidatos.

Tragédia na reunião do PT no ABC

São Bernardo do Campo, (SP) — Uma reunião de reestruturação do núcleo do PT em Jardim Petrólio, no ABC paulista, terminou ontem em tragédia, culminando na morte do marceneiro Joldes Alvarenga Vala, de 33 anos. Os 25 integrantes do encontro, entre eles várias crianças, foram surpreendidos por três rapazes armados e duas moças que, após entrarem pela garagem, passaram a disparar vários tipos de queima-roupa no marceneiro.

A polícia está apurando se o caso tem alguma relação com um incidente ocorrido pouco antes da tragédia: o Opala da Assembleia Legislativa, utilizado por um assessor do deputado estadual (PT-SP) Expedito Soares — que também participava da reunião — foi atingido por um Volkswagen, cujo ocupante não foi identificado. Através pelo barulho da colisão os participantes do encontro saíram à rua.

Logo após a invasão da casa, Joldes tentou se proteger dos tiros afirmando que morreria inocente. Antes de atingir o marceneiro, os três rapazes foram para a calçada, deram tiros para o alto e só então retornaram atirando de frente em Joldes, que caiu sobre uma cadeira, recebendo mais dois tiros nas costas.

— Lá se foi mais um pouco — foi o único comentário feito pelos assassinos.



Fogaça, Cabral, Ulysses e Arinos estavam confiantes na agilização das votações depois do encontro

Quércia diz que não fará pressão

Campinas — Evasivo e evitando comentar detalhes sobre a sigilosa reunião que manteve sábado em Pitangui, a 120 quilômetros de Belo Horizonte, com os governadores de Minas Gerais, e do Rio, Moreira Franco, o governador Orestes Quércia negou ontem que tenha sido definida, no entanto, uma estratégia entre os três para pressionar os constituintes na votação do mandato presidencial. Quércia confirmou, no entanto, que comparecerá à nova reunião dos governadores em Minas, no próximo dia 28.

Quércia, que passou todo o dia de ontem descansando com sua família em sua chácara próxima a Campinas, às margens da rodovia Pedro I, adiantou apenas que nessa reunião os três governadores debateram os problemas políticos, econômicos e sociais do País. "Nós conversamos sobre a influência nos constituintes através das bancadas nos estados, mas temos posições diferentes. O governador de Minas é favorável

aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney e pretende lutar por isso junto aos deputados. "O Moreira Franco também é favorável aos cinco anos, mas não vai desenvolver trabalho nesse sentido", afirmou o governador paulista.

— A posição que eu tenho é no sentido de respeitar a decisão do partido, através da convenção nacional, que resolveu que os constituintes não deveriam sofrer interferências. A proposta que levei à reunião dos governadores é de que essa questão está em aberto. Como governador de São Paulo, se eu declarar que sou favorável aos quatro ou cinco anos, estou criando uma posição dentro do partido e isto não estaria de acordo com o meu objetivo. O jogo político do governador de São Paulo é o de buscar a unidade do partido.

O governador paulista garantiu também que pretende comparecer ao próximo encontro de governadores, que será realizado junto com a programação de

uma reunião da Sudene, já marcada para os dias 28 e 29 em Minas. Ele participará das conversações somente no primeiro dia, porque já se comprometeu a estar presente em uma reunião da Frente Municipalista em São Paulo, no dia 29.

O governador continua defendendo o presidencialismo, segundo ele, "porque está mais de acordo com nossas tradições, com nossa história política e porque não adianta estar copiando modelos de outros países, que não têm nada a ver com nossa realidade.

Quércia admitiu que durante o encontro entre os governadores antontem discutiu-se a questão da sucessão presidencial e até os nomes apontados até agora como presidentáveis, mas que "não houve nada de conclusivo".

Também a questão da dívida externa foi um dos temas das conversas dos governadores no sábado. Quércia admitiu estar pessoalmente preocupado com a possibilidade de acordo com o FMI.

Cabral quer manter o atual texto

Após examinar 1.002 emendas, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, informou ontem que não lutará para manter no texto da nova Constituição dispositivos como a imprescritibilidade das causas trabalhistas, o pagamento em dobro das horas extras e a nacionalização do monopólio para distribuição de petróleo, explicando que discorreu destas propostas ainda quando foram votadas pela Sistematização.

Por outro lado, Cabral vai insistir em manter no projeto os dispositivos relativos à Ordem Econômica aprovados pela Sistematização e vai propor, numa observação a ser incluída em seu parecer favorável às emendas do Centrão, que seja pedido um destaque para manter o atual texto do projeto e rejeitar o do grupo.

LEVANTAMENTO

Bernardo Cabral, que deverá apresentar seu parecer na próxima quarta-feira, já fez um levantamento de todas as emendas do Centrão, comparando-as ao projeto atual, e concluiu que o título da Ordem Econômica e os capítulos referentes a direitos sociais, seguridade social e ciência e tecnologia são as partes do projeto mais afetadas pelas emendas do Centrão e onde deverá haver maior polêmica. Fora estes itens, as identidades entre os dois projetos são muitas:

— O Centrão praticamente copiou mais de 80 por cento do nosso projeto. — Disse Bernardo Cabral.

Uma outra tendência da relatoria, segundo explicou o relator-adjunto Adolfo de Oliveira (PL-RJ), deverá ser a de recomendar a manutenção do texto referente à reforma agrária.

PARECER

A maioria das emendas ao projeto constitucional já examinadas pelo grupo de relatores da Comissão de Sistematização recebeu parecer contrário, segundo informou ontem o senador José Fogaça, relator-adjunto. Ele não soube dizer, entretanto, o número de propostas com parecer favorável e o número daqueles com parecer contrário, afirmando que essa soma ainda não foi feita. Ao comentar o trabalho que está sendo realizado, Fogaça manifestou-se preocupado com o pouco tempo de que dispõem os relatores para apreciar as 2.045 emendas apresentadas pelos constituintes.

Também relator-adjunto, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) informou que nenhuma emenda com parecer favorável sugere mudanças significativas no texto da Sistematização, exceto as propostas do Centrão, que pelo número de assinaturas que contém têm que obter parecer favorável:

— Até agora — disse o senador cearense — tem sido muito pela superfície.



Adolfo de Oliveira



Lula anuncia que a base da campanha será a crítica ao Governo e ao PMDB

Campanha de Lula vai ser iniciada em março

Da Sucursal

São Paulo — A campanha do candidato a Presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, deverá decolar de vez a partir de março, segundo proposta apresentada ontem pelo próprio candidato e aceita pelo Diretório Nacional do partido, que se reuniu neste final de semana em São Paulo. Até lá, o PT fará o roteiro de visitas do candidato, enquanto prosseguirá nas conversações para eventuais coligações eleitorais com o PSB, os dois PCs e ainda parte da esquerda do PMDB ligada ao MUP.

Segundo Olivio Dutra, presidente nacional do PT, estão sendo feitos contatos com outros partidos de esquerda já há algum tempo, mas sempre tem sido colocado como condição básica o apoio ao candidato a Presidente pelo partido, Luis Inácio da Silva. "Não descartamos alianças, mas desde que sejam com forças progressistas e com o mesmo pensamento do

PT na luta pelas camadas mais pobres da população", afirmou Dutra. O próprio candidato petista também não descartou coligações, ressaltando a necessidade de existirem pontos em comum. "Para nós interessa aliança, especialmente com os partidos de esquerda, mas é preciso se ter objetivos iguais", afirmou Lula.

Durante a reunião do Diretório Nacional do PT, a primeira desde a eleição da nova direção, ocorrida em dezembro, ocasião em que Lula foi lançado candidato, ficou decidida ainda a criação de um comitê da campanha presidencial, encarregado de programar as aparições do candidato e de discutir com ele as linhas políticas para a disputa. Segundo Lula, a campanha será feita basicamente na crítica ao governo da Nova República e ao PMDB, partido majoritário na Constituinte e que ocupa 15 ministérios. A primeira manifestação do PT nesse sentido ocorrerá no dia 10 de fevereiro, em Porto Alegre, durante comemorações do aniversário de fundação da

agremiação naquele estado. "Vamos mais uma vez tentar mostrar que a população está sendo enganada pelo PMDB e pelo governo que prometem uma coisa e fazem outra. Vamos tentar sensibilizar o eleitor de que nós representamos uma mudança mesmo neste País", disse.

Para ele, a campanha do partido deve ser simultânea à luta pela manutenção da decisão da Comissão de Sistematização da Constituinte, que quer mandato de quatro anos para o presidente Sarney. "O povo está de saco cheio do Presidente e ele deveria ter sensibilidade suficiente para entender isso. Não há mais condições para aguentar essa situação econômica", acrescentou, salientando não acreditar também nas promessas do ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, de atacar o déficit público cortando gastos do Governo Federal. "Todos os governos dos últimos 20 anos falaram que iriam fazer isso e a situação continua a mesma. Ninguém faz nada e não vai ser diferente desta vez", concluiu.

O acordo entre as lideranças partidárias para acertar o roteiro de votação do projeto de Constituição e apressar os trabalhos da Constituinte foi o cardápio principal de um almoço oferecido ontem pelo deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional, em sua residência. O presidente e o relator da Sistematização, senador Afonso Arinos e deputado Bernardo Cabral, e os relatores-adjuntos discutiram as formas para chegar a este entendimento, junto com diversos políticos.

Animado, Ulysses Guimarães afirmou que as conversas chegam a minúcias regimentais e adiantou que já iniciou —

antes do término do prazo ao relator para entrega dos pareceres às 2.045 emendas — os encontros com diversas áreas e líderes dos partidos. O acordo prévio antes do começo da votação é indispensável, declarou Ulysses, que marcou ontem mesmo uma nova reunião com Bernardo Cabral e adjuntos para o próximo sábado, dia 23.

O encontro com os demais líderes será antes do dia 27, segundo disse ontem o deputado Adolfo Oliveira (PFL-RJ), presente ao almoço. Ele entende que a maneira como o plenário deve se conduzir durante a votação deve ser amplamente discutida.

Uma forma de abreviar a votação do plenário é a vo-

tação em bloco das emendas e é para isto que está sendo ineditado um acordo. Ulysses declarou ontem que é preciso esperar o parecer do relator sobre as emendas e, depois, que destaques serão apresentados.

Para Ulysses, não será difícil se obter acordo e lembrou que ele foi conseqüido durante os trabalhos da Comissão de Sistematização. "Partir para o plenário com a matéria combinada é bom", afirmou. Sobre a duração do mandato do presidente Sarney e da possibilidade de vencer quatro anos se o voto fosse secreto, o deputado explicou que não há justificativa para uma votação não pública e que o voto será aberto.

Obstruções serão combatidas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), foi aconselhado ontem por alguns dos parlamentares reunidos em sua residência a conduzir as sessões de votação do projeto constitucional de maneira enérgica, para que nenhuma tentativa de obstrução tenha êxito. A informação é do senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos relatores-adjuntos:

— Se alguém adotar a tática da obstrução — disse o senador —, com o regimento que está aí, tão contraditório, cheio de fissuras e erros, a Constituinte poderá

durar meses. E se alguém se vale do regimento, destinado a ordenar os trabalhos, para a desordem, estará sendo anti-regimental.

ROTEIRO

Fogaça disse também que no encontro discutiu-se o roteiro dos trabalhos na votação — como a Mesa irá proceder em relação às emendas e pedidos de destaque, e de que forma o presidente deverá atuar na apreciação das questões de ordem — foram questões abordadas.

INVERSÃO

Ainda de acordo com relato de Fogaça, não se falou

em inversão da pauta para a votação, com prioridade do mandato do presidente José Sarney e do sistema de governo. Já o senador Virgílio Távora (PDS-CE), também relator-adjunto, informou que não houve uma definição quanto à votação em bloco porque o assunto "envolve problemas complexos e diversos", e que a inversão da pauta é questão a ser ainda discutida, pois no momento não há formas de viabilizá-la, exceto se houver entendimento.

Távora qualificou a reunião de "uma primeira aproximação".